



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública Sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do Empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool, realizada no Município de Novo Horizonte/SP, em 12 de agosto de 2008.

Realizou-se, no dia 12 de agosto de 2008, às 17 horas, na Câmara Municipal de Novo Horizonte-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas ao representante do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores, Toshio Toyota, Prefeito do Município de Novo Horizonte, Elisabete Balero, Diretora do Meio Ambiente e Agricultura de Novo Horizonte, João Emílio Buzo, assessor parlamentar e vinculado à Casa Civil –, do Poder Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Jairo Ferraz, Vereador do Município de Novo Horizonte –, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor José Jorge Guimarães, Gerente da Agência Ambiental da Cetesb de Araraquara –, das entidades da sociedade civil e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos do órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário-Executivo** esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora de Trabalhos, chamando para dela fazer em parte a representante do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, a geógrafa Valéria Gomes de Andrade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. **Roberto Holland Filho**, representante da Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool, apresentou um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar. **Antônio Melhem Saad** e **Marcos Afonso Ortiz Gomes**, representantes da TN Ambiental Consultoria, apresentaram, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da Sociedade Civil: Depois de **Renan Saber Siqueira Júnior**, representante da Oficina Educacional da Criança e do Adolescente de Novo Horizonte-OEC, declarar que corroborava a atitude da Usina, que desde o início da criação da OECA ofereceu apoio financeiro, social e educacional, para a formação de cidadania aos pais e às crianças, e agradecer o apoio dos diretores da usina, **Zilda Aparecida Balero** comentou: 1) que se preocupava com o fato de essa ampliação aumentar a produção da vinhaça, um líquido cujos estudos demonstravam ser



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

altamente corrosivo e poluente e cujo transporte era feito por dutos, que iam da usina até as plantações, recortando propriedades pelo subsolo, passando próximo a rios, nascentes, residências e poços artesanais; 2) que os estudos provavam que, após ser jogada no solo, dado que as usinas a utilizavam como fertilizante safra após safra, esse subproduto se infiltrava no subsolo e chegava ao lençol freático, poluindo a água que a comunidade bebia; 3) que, há dias atrás, um vinhaço-duto se rompeu na área de sua propriedade, sem que a usina se desse conta, tendo vazado durante algum tempo, até que um dos arrendatários comunicou o fato à usina, tendo sido necessário, no momento do conserto, abrir o duto, ocasião em que tudo o que havia dentro dele despejou-se no local, onde havia plantação, e também escoou para a água, tendo os proprietários acionado a Polícia Florestal, que, por sua vez, acionou a Cetesb, e estavam aguardando a resolução desse órgão para se proceder a limpeza, o que o levava a pedir à usina que elaborasse estudo rigoroso sobre o impacto ambiental que a vinhaça causará no meio ambiente, pois os vinhaços-dutos passavam por locais invisíveis; 4) que a usina adotasse medidas de segurança, como a manutenção, e fizesse uma vistoria contínua dessas tubulações e reservatórios com dispositivos que acusam o vazamento em tempo real. **Francisco Carlos B. Penharbel, representante da Associação de Amigos, Moradores e Proprietários do Bairro Pau D'Alho**, comentou: 1) que tinha em mãos uma carta dos proprietários e moradores do Bairro Pau D'Alho através da qual declararam não serem contrários à ampliação dessa usina nem a qualquer tipo de desenvolvimento, mas ofereciam dados sobre alguns acontecimentos que vinham atingindo e preocupando a população, como a poeira que, na época de safra, ocorria em todo o trajeto, embora algumas pessoas entendessem não provocar poluição, mas era inquestionável que ela afetava a saúde dos moradores, as pastagens, os animais, os pomares e toda a vegetação existente às margens da estrada, inclusive oferecendo perigo iminente de acidentes; 2) que a vinhaça era considerada benéfica para as lavouras, por ser fertilizante, mas podia escoar pelas sarjetas e atingir as nascentes e rios da região; 3) que, segundo estudos realizados pelo Departamento de Água e Solo da Faculdade de Engenharia Agrícola e dos Departamentos de Recursos Hídricos e de Saneamento em Meio Ambiente da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp e publicado na revista Globo Rural do mês de agosto/2008, a vinhaça, pela concentração elevada de nitrato, poderia atingir o lençol freático; 4) que, no que concernia à tubulação que levava a vinhaça até as lavouras, entendia ser necessária a adoção de medidas preventivas de segurança, para que, na ocorrência de rompimento, não ocorressem tragédias maiores ou iguais às aquelas que aconteceram em propriedades arrendadas, que ficavam próxima do Ribeirão Três Ponte. **Roberval Rogério** comentou ter ajudado à Prefeitura a arrumar as estradas da região doando pedriscos, mas que a usina chegou na região, instalou a tubulação, mas não teve o cuidado de deixar a estrada como a havia encontrado, e que desejava que a usina trabalhasse em parceria e ajudasse na conservação das estradas. **Letícia Martins Zebaneio** comentou que, na condição de engenheira ambiental, dava parabéns à Usina São José da Estiva, por acreditar no Município de Novo Horizonte, e que as medidas que visavam à minimização dos impactos negativos deviam funcionar como motivação, o que tornava a usina um benefício para a cidade. **João Emílio Buzo, Parlamentar da Casa Civil**, comentou: 1) que tinha satisfação em participar dessa audiência pública representando o Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo Doutor Aluísio Nunes, que tinha um apreço imenso pela região, em especial por Novo Horizonte; 2) que, na condição de representante do Governo do Estado de São Paulo, chamava atenção para o fato de que procedimentos como essa audiência só se realizavam em regimes democráticos, os quais, embora dessem trabalho, eram muito ricos do ponto de vista da articulação que possibilitava, o que não acontecia no regime autoritário e ditatorial, que constituía um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

impedimento para adoção de procedimentos transparentes como este, em cujo contexto se abordavam os assuntos mais variáveis; 3) que, estando ao lado do Governo do Estado, tinha visão do absoluto respeito que ele tinha pelo setor sucro-alcooleiro, o que se manifestara na escolha, pelo Governo Serra, do Engenheiro Francisco Graziano Neto, um homem do agronegócio, para chefiar esta Pasta à qual o governador confiou importantes tarefas, que foram implementadas em pouco tempo, como foi o caso dos vinte e um projetos estratégicos, como o etanol verde, que contou com a adesão espontânea de mais de noventa por cento desse segmento, o que fez esse projeto destacar-se em pouco tempo; 4) que o programa estratégico do etanol verde envolvia também a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar, prática esta que, como foi dito pela empresa de consultoria responsável pelos estudos ambientais desse empreendimento, já estava proibida nas expansões e ampliações das unidades existentes, e que deveriam ser implementada pelos plantios existentes até o ano de 2014, mas que, com certeza, não se estenderia até esse tempo; 5) que via com bons olhos essa ampliação e as medidas mitigadoras que seriam adotadas, e que, no que dizia respeito à utilização da vinhaça, tratava-se de uma medida extraordinariamente bem-aceita; 6) que o setor sucro-alcooleiro era o que criava o maior número de postos de trabalho, promovendo a melhoria das condições de vida, o que levava o Governo do Estado a fazer parceria com ele com vistas ao recapeamento das estradas vicinais e estaduais e a retirada dos gargalos das subidas íngremes; 7) que administrar em parceria era o melhor para todos, ou seja, o setor estava sendo companheiro do Governo, auxiliava o Governo, o que era muito importante; 8) que esse setor observava as diretrizes para o aproveitamento do bagaço e da palha da cana, que viravam biomassa e se transformavam em energia elétrica, e que, se por um lado, com a mecanização diminuirá o emprego da mão-de-obra, por outro, o profissionalismo da mão-de-obra e das empresas evitaria o acirramento de conflitos; 9) que tinha a certeza de que a empresa cumpriria passo a passo o programa apresentado, com seriedade, e que a ampliação dessa usina representava um ganho para os paulistas, para o Governo do Estado e para o Município de Novo Horizonte. **Toshio Toyota, Prefeito do Município de Novo Horizonte** comentou: 1) que, em uma pesquisa realizada pelo Município, a Usina São José da Estiva foi considerada a melhor empresa para se trabalhar em Novo Horizonte, mostrando assim o conceito que a empresa tinha dentro da comunidade, e que esse conceito decorria de ações que eram adotadas por ela com muita seriedade; 2) que a tecnologia que essa empresa utilizava era a mais moderna, como constataria recentemente a Administração Municipal numa visita que fez a essa usina, e buscava todos os padrões de qualidade para se mantivesse à altura das exigências do mercado nacional e internacional; 3) que era importante a parceria que se estabelecera entre a Prefeitura e essa usina, a qual contemplava várias ações em vários setores do Município, e que era um privilégio para Novo Horizonte contar com duas usinas, o que significava que, se verificassem os IDH dos anos 2000 e de 2007, se verificaria que o Município, entre os 645 existentes, havia passado do 127º para 97º lugar no Estado de São Paulo, conquista esta que revelava que o Município estava muito bem-situado economicamente, tendo-se elevado o patamar na saúde e educação e melhorado o nível sócio-econômico da cidade; 4) que era evidente que os problemas abordados relacionados com a vinhaça e a estrada rural foram debatidos junto com a diretoria da usina, e não tinha dúvidas sobre a condução desses problemas, a prioridade dada a eles pela empresa, pois este era o espírito da sua diretoria; 5) que essa ampliação significava muito para o Município, cuja escolha fora uma iniciativa da diretoria, o que se deu porque vislumbraram um futuro altamente promissor para a cidade; 6) que tinha certeza de que a Secretaria do Meio Ambiente e a Cetesb estariam acompanhando todos os trabalhos, e que, portanto, dava parabéns a todos: à usina, ao Governador José Serra, à comunidade presente e ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Secretário do Meio Ambiente Francisco Graziano Neto, e que agradecia à Secretaria do Meio Ambiente, por seroperante e compreensiva. Passou-se à etapa das réplicas. **Antônio Melhem Saad, representante da TN Ambiental Consultoria**, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que, em relação ao fato ocorrido com a vinhaça, a usina seguia a norma da Cetesb, nº 4231, que determinava fossem realizados anualmente estudos com coleta de amostra de solo para verificar a quantidade de potássio existente, dados estes que eram encaminhados à Cetesb; 2) que o transporte da vinhaça realmente apresentava esse risco, pois os dutos que a conduziam eram encamisados, justamente para que, em caso de rompimento, houvesse a possibilidade de segurar-se a vinhaça; 3) que foi confeccionado um mapa da vulnerabilidade natural dos aquíferos, e que havia pouca possibilidade de a vinhaça alcançar o lençol freático, pois, para tanto, deveria existir várias condições; 4) que realmente houve esse acidente, mas que era passível de recomposição florestal, e, para que ela fosse realizada, esperava-se um parecer do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN; 5) que havia possibilidades de a diretoria da usina prestar esclarecimentos, e que se estudava a condição de esse vinhaço-duto ou duto ser todo sinalizado e contar com um radar que atinja três ou quatro metros de profundidade, tornando possível detectar-se possíveis vazamentos na linha, antes que ocorram essas micro-fissuras dentro da tubulação que leva à percolação e à saturação do solo. **Marcos Afonso Ortiz Gomes, representante da TN Ambiental**, esclareceu que esteve reunido com a diretoria da usina e que, provavelmente, seria firmada parceria entre os órgãos municipais e os empreendedores, em cujo contexto a usina se responsabilizaria pela conservação e manutenção das estradas de modo mais eficaz, ou seja, de forma a atender às demandas da região. Foi entregue, durante a audiência, correspondência encaminhada pela Associação de Amigos, Moradores e Proprietários do Bairro Pau D'Alho, assinado por eles seu presidente, Carlos Alberto Lamero. O **Secretário Executivo do Consema** declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até cinco (5) dias úteis, contados a partir desta data para fazê-lo, ou encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.